



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

EMENTA: 1º e 2º Termos Aditivo. Contrato Administrativo nº 20220721 Pregão nº 8/2021-124PMP.

Objeto: Registro de preços para Contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais complementares especializados, não pertencentes à Tabela SUS, para atender a demanda dos usuários da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

Assunto: Consulta acerca da possibilidade jurídica de aditamento de prazo, valor e supressão.

Interessado: A própria Administração

DO RELATÓRIO

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, o presente processo administrativo Pregão nº 8/2021-124PMP, que versa sobre o registro de preços para Contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais complementares especializados, não pertencentes à Tabela SUS, para atender a demanda dos usuários da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

Consta dos autos, que a Administração Municipal, por meio do Secretário da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA, o Sr. Alan Palha de Almeida - Dec. 1015-2023, intenciona proceder ao 1º e 2º aditamento do Contrato nº 20220721, assinado com a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS BIOCOSTA LTDA, com vista a alterar o prazo de vigência em mais 12 (doze) meses e o valor em mais R\$ 548.803,70 (Quinhentos e quarenta e oito mil, oitocentos e três reais e setenta centavos).

Às fls. 983-984, através do Memorando nº 1507/2023, a SEMSA apresentou a justificativa para a solicitação.

À fl. 981, consta a autorização pelo Comitê de Contingenciamento e Monitoramento de Gastos, através do memorando nº 7586/2023 GABIN.

A contratada manifestou interesse na renovação do contrato às fls. 1011-1012.

A Comissão Especial de Licitação (fls. 1045-1046/1049-1050) opinou pelo processamento dos presentes aditamentos, com base no art. 57, inciso II e art. 65, I, "b", § 1º da Lei Federal 8.666/1993, juntando em seguida as minutas de aditivos (fls. 1047-1048/1051-1052).

O Órgão do Controle Interno se manifestou pela continuidade do procedimento às fls. 1189-1199.

E assim, vieram os autos para a devida análise quanto à possibilidade jurídica dos referidos aditamentos ao contrato nº 20220721.

É o Relatório.

CENTRAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS - CLC
RECEBEMOS EM 10 / 10 / 23
ÀS : H.
ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cumpre observar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

Alega a Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA por meio do Memorando nº 1622/2023 (fl. 2257-2258) que o aditamento do contrato nº **20220271**, justifica-se em razão de: *"Este procedimento tem como objetivo continuar fornecendo serviços laboratoriais, considerando a importância destes serviços aos usuários do SUS, pois através dele é possível diagnosticar, tratar, acompanhar pacientes, coletar dados epidemiológicos e prevenir doenças, tanto no ambiente hospitalar quanto ambulatorial, provendo dessa forma uma melhor qualidade de vida à população e diminuindo o risco de endemias, além de fazer parte de várias campanhas do SUS. Conforme se pode constatar pela documentação apresentada pela área solicitante, há a comprovação de que o valor praticado encontra-se abaixo da pesquisa mercado atual, estando, portanto, dentro da razoabilidade dos serviços prestados. A interrupção ou paralização desse serviço poderá ocasionar inúmeros danos e prejuízos aos serviços da rede pública municipal de saúde e, principalmente, aos usuários do SUS. Em conformidade com relatório do fiscal, com a celebração do contrato nº 2023022 com a organização social - ASELC para gestão do Hospital Geral de Parauapebas (HGP), partes dos procedimentos exames laboratoriais complementares especializados (conforme planilha anexa) passaram a ser de responsabilidade da empresa (ASELC), motivo pelo qual se faz necessário a supressão de valor referente ao saldo atual destes itens. Além do aditivo por igual prazo e valor, solicitamos a supressão de valor referente aos itens conforme planilha. A supressão se dar por motivo da terceirização dos serviços ora informados, prestados no Hospital Geral de Parauapebas, que agora serão prestados pela empresa terceirizada, conforme esclarece no relatório do fiscal do contrato".*

Por meio de Parecer Técnico, o fiscal do contrato, elaborado pelo Sr. Adson Baquil Sousa, justificou a necessidade do aditivo às fls. 985-986.

Quanto à justificativa esclarecemos que não compete ao órgão jurídico adentrar o mérito – oportunidade e conveniência – das opções do Administrador, exceto em caso de afronta aos preceitos legais.

O papel do Órgão jurídico é recomendar que a justificativa seja a mais completa possível, orientando o Órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para eventuais questionamentos.

A Secretaria Municipal de Saúde apresentou suas justificativas e fundamentos quanto à necessidade de celebrar o presente aditivo ao contrato administrativo de nº **20220721**. Cumpre observar, ainda, que a Autoridade Competente (Secretário Municipal de Saúde) é responsável por todos os documentos desenvolvidos no âmbito da secretaria e que posteriormente foram juntados aos autos.

Inicialmente destacamos que, *in casu*, a execução do contrato está amparada pela existência de dotação orçamentária para efetuar o pagamento do preço ajustado, e que esta dotação é reservada antes da contratação para fins de atendimento à Lei de Licitações e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais o fundamento lógico desta prorrogação consiste na inconveniência da interrupção dos serviços de atendimento ao interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

No entanto, deve-se sempre manter a devida observância, nestas exceções, pois a Administração poderá, com propriedade, prorrogar seus contratos, desde que a prorrogação seja mais vantajosa.

Frise-se que a avaliação dos preços apresentados e a comprovação das condições mais vantajosas para a Administração, bem como se os quantitativos dos serviços a serem contratados são compatíveis com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde coube à Controladoria Geral do Município, de acordo com as atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 4.293/2005, tendo emitido Parecer Controle Interno (fls. 1189-1199), opinando pela continuidade do procedimento.

Pois bem. Ressalvando-se os aspectos técnicos e econômicos que consubstanciaram o requerimento deste aditivo, passemos então à presente análise.

A Secretaria solicitante justifica que o objeto é um serviço contínuo. Serviço de execução contínua é o que não pode sofrer solução de continuidade na prestação que se alonga no tempo, *sob pena* de causar prejuízos à Administração Pública que dele necessita. Por ser de necessidade perene para a Administração Pública, é atividade que não pode ter sua execução paralisada sem acarretar-lhe danos.

Verifica-se que foi dado tratamento de serviços de natureza continuada à presente contratação, haja vista que consta previsão no contrato administrativo, bem como previsão no edital.

No que se refere à prorrogação do contrato administrativo a Lei 8.666/93, estabelece que:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (...)."

Pelo que se observa do texto legal, a norma contida no caput determina que os contratos administrativos, em regra, só podem ter duração equivalente à vigência dos seus créditos orçamentários, excetuadas as situações enquadradas em uma das hipóteses dos incisos do dispositivo. Um desses casos é o dos serviços executados de forma contínua. Nos termos do inciso 11, caput, acima transcrito, as avenças relativas a serviços contínuos podem ter duração de até 60 (sessenta) meses, contadas as respectivas prorrogações, desde que visem atingir preços condições mais vantajosas para Administração.

Portanto, é importante trazer o entendimento do Tribunal de Contas da União quanto a caracterização da natureza continuada dos serviços:

"Serviços de natureza continua são serviços auxiliares e necessários a Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros (...). Em processo próprio, deve a Administração definir e justificar quais outros serviços contínuos necessita para desenvolver as atividades que lhe são



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

peculiares. (TCU. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU/Tribunal de Contas da União, 4 ed rev, atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 772)".

Consoante o entendimento do TCU, compete à própria entidade definir se um serviço, para ela, é de natureza contínua.

Preceitua Jorge Ulisses Jacoby Fernandes que *"a expressão serviços contínuos não traria maiores complicações, não fossem os maus intérpretes que pretendessem atribuir-lhe sinonímia a serviços essenciais, Felizmente, prevaleceu o entendimento coerente com o preciso sentido do termo, ou seja, aplicam se as prescrições do art. 57, inc. II, da Lei n. 8.666/93, referido aos serviços cuja execução se protraí no tempo."*

Para a prorrogação desses contratos, faz-se necessária, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, inciso II e § 2º, quais sejam: limite de vigência total de 60 meses; preços e condições mais vantajosas para o ente públicos justificção por escrito e prévia autorização da autoridade competente.

Desta forma, o fundamento logico desta prorrogação consiste na inconveniência da interrupção dos serviços de atendimento ao interesse público e na existência de respectiva dotação orçamentária. No entanto, deve-se sempre manter a devida observância, nestas exceções, pois a Administração poderá, com propriedade, prorrogar seus contratos, desde que a prorrogação seja mais vantajosa.

Cabe esclarecer que a vantagem econômico-financeira na prorrogação e ponto a ser analisado pela área técnica solicitante, tendo em vista que, por não possuir conhecimento técnico suficiente para análise de preços, bem como por efetuar análise estritamente jurídico-formal, esta Procuradoria Geral não adentrará no mérito da vantajosidade no aditamento contratual.

Nota-se dos autos que a SEMSA pretende aditar o contrato 20220721 para que não haja interrupção dos serviços prestados. Além disso, há previsão de prorrogação nos termos do art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, conforme cláusula quinta do contrato, o que manifestamos pela não objeção ao pedido.

Destaca-se que a Lei 8.666/93, a teor de seu art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, *prevê a possibilidade da Administração Pública alterar, com as devidas justificativas, os seus contratos, vejamos:*

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei. omissis

§ 1º. O contratado fica obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos".





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Nesse toar, de acordo com a justificativa trazida à baila pela área técnica da Secretara Municipal de Saúde, a previsibilidade de supressão na Cláusula Décima Sexta do contrato em comento, assim como a devida análise da Controladoria Geral do Município sobre a temática, resta cabível referida solicitação de aditamento.

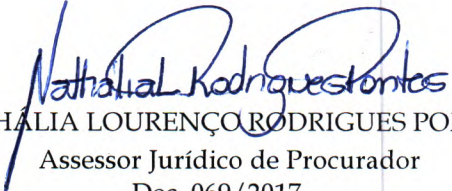
Por fim, ratifica-se as recomendações da Controladoria Geral do Município e recomenda-se que seja confirmada a autenticidade das certidões, que sejam conferidos com os originais todos os documentos em cópia simples, por fim, quando da emissão do termo aditivo, sejam devidamente atualizadas as certidões que, porventura, tenham o prazo de vigência expirado.

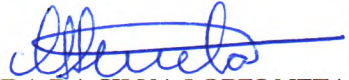
DA CONCLUSÃO

Ex positis, não vislumbramos óbice legal a celebração do 1º e 2º Termo Aditivo uma vez que tal prorrogação fora prevista na cláusula quarta do contrato administrativo desde que devidamente autorizada pela autoridade competente e cumpridas a recomendação desta Procuradoria.

É o parecer que submetemos à consideração de Vossa Excelência, S. M. J.

Parauapebas/PA, 10 de outubro de 2023.


NATHÁLIA LOURENÇO RODRIGUES PONTES
Assessor Jurídico de Procurador
Dec. 069/2017


CÂNDIDA DA SILVA LOPES NETA
Procuradora-Geral Adjunta do Município
Dec. 142/2023